



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000388-44.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de São Domingos

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 10/2016-CGJ

Período da correição: 25-4-2016 a 27-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: São Domingos

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: São Domingos, Galvão, Coronel Martins

Juiz titular: João Carlos Franco

Chefe de cartório: Eliane Mattos

Última correição por equipe da CGJ/SC: (9-9-2013 a 8-11-2013)
(0012390-51.2013.8.24.0600)

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.214
1.1.2	Processos em andamento	2.018
1.1.3	Procedimentos em andamento	196
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 85 referem-se a processos de Execução Fiscal, 252 referem-se a processos do Juizado Especial Cível, e 76 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.651
1.2.2	Processos em andamento	1.468
1.2.3	Procedimentos em andamento	183
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	196	57	253
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 11-7-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.019	168,25
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.902	158,50
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	797	159,40
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		98
	Cível – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Digitalização	2	
1.5.1.2	Ag. Encerramento do Ato	17	
1.5.1.3	Ag. Prazo	8	
	Criminal – Genérico – Processo		
1.5.1.4	Ag. Prazo	14	
1.5.1.5	Processos remetidos ao Tribunal de justiça	2	
1.5.1.6	Remetidos à Delegacia de Polícia	12	
	Execução Fiscal – Processos		
1.5.1.7	Cumprir Hasta Pública	4	
1.5.1.8	Entrado por Redistribuição	1	
	Execução Penal – Processo		
1.5.1.9	Ag. Digitalização	1	
1.5.1.10	Ag. Prazo	4	
1.5.1.11	Ag. Prisão	1	
1.5.1.12	Apresentação em juízo	2	
	Família – Processo		
1.5.1.13	Ag. Digitalização	1	
1.5.1.14	Ag. Encerramento do Ato	2	
1.5.1.15	Ag. Prazo	6	
1.5.1.16	Redistribuído/Transferido	1	
	Juizado Especial Cível – Processo		
1.5.1.17	Ag. Análise do Cartório	2	
1.5.1.18	Ag. Encerramento do Ato	11	
1.5.1.19	Concluso para Julgamento Antecipado	3	
1.5.1.20	Escrivão	1	
	Juizado Especial Criminal – Processo		
1.5.1.21	Ag. Prazo	1	
1.5.1.22	Remetidos à Delegacia de Polícia	2	
1.5.1.23	Observações		

a) Informações obtidas em 11-7-2016.

b) Na data de 11/7/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 168 processos na fila. O mais antigo data de 25-2-2016.

b.2) Ag. Análise – Recursos: existe 1 processo na fila, que data de 28-4-2016.

b.3) Cumprir urgente: existem 16 processos na fila. O mais antigo data de 15-6-2016.

b.4) Recebido do Juiz.

Recebido do Juiz – Despacho: existem 34 processos na fila. O mais antigo data de 17-6-2016.

Recebido do Juiz – Decisão: existem 29 processos na fila. O mais antigo data de 24-6-2016.

Recebido do Juiz – Sentença: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 29-6-2016.

b.5) Escrivão: existem 22 processos na fila. O mais antigo data de 19-2-2016.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: Não se constatou a existência de processos com audiências já realizadas.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0300682-28.2015.8.24.0060, 0300117-98.2014.8.24.0060, 0300008-50.2015.8.24.0060, 0300629-47.2015.8.24.0060, 0300298-68.2015.8.24.0060), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, mas não certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 – TJ).



b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0300345-39.2015.8.24.0060, 0300262-23.2015.8.24.0060, 0300100-28.2015.8.24.0060, 0300244-02.2015.8.24.0060, 0300453-68.2015.8.24.0060), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	96	61
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		4,4%	2,8%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	8	6
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		2	2
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		109	10
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		32	40
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		2	3
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		0	2
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 11-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		125	39
	Peticionamento eletrônico		195	0
	Mandados		14	1
	AR		37	20
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	2	10
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	8	0	5	0
1.6.11.2	Distribuição	4	0	4	0
1.6.11.3	Ministério Público	90	6	106	2
1.6.11.4	Oficialato da Infância e Juventude	1	0	0	0
1.6.11.5	Petição Inicial – Ag. Digitalização	1	0	1	1
1.6.11.6	Serviço Social	2	0	2	0
1.6.11.7	Observações				
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	157		115	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (André Luiz Bianchi)	5	0	0	0
1.6.12.2	Juiz (João Carlos Franco)	53	6	57	4
1.6.12.3	Ministério Público	25	0	8	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.4	Advogado	35	15	39	11
1.6.12.5	Leiloeiro	17	0	0	0
1.6.12.6	Delegacia de Polícia	4	2	1	0
1.6.12.7	Procuradorias	18	0	10	0
1.6.12.8	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016.				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016.				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	19	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	4	4	8	4
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	11	3	14	3
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	56	48	35	27
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	18	1	37	1
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	26	6	24	9
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	9	3	7	3
1.6.13.8	Cartório – arquivar	3	3	1	1
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	1	0	1	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	50	1	28	0
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	9	1	3	1
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	15	0	19	6
1.6.13.14	Cartório – Recebido do juiz	0	0	0	0
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	4	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	75	15	72	16
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	20	3	12	0
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	24	3	44	7
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	13	2	13	1
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	2	2	0	0
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	1	0
1.6.13.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 18-4-2016.				
	b) Segunda verificação em 11-7-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	234	166
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		86	110
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		84	105
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		1	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		14	5
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	97	103
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	16	14
		Definitivo	24	31	
1.7.9.1	Réu preso - total		40	45	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 11-7-2016.					



1.7.13	Observações
a) Primeira verificação em 18-4-2016. [REDACTED]	
b2) verificou-se nos processos (0001693-39.2013.8.24.0060, 0001493-32.2013.8.24.0060, 0001457-29.2009.8.24.0060, 0001224-90.2013.8.24.0060, 0001200-67.2010.8.24.0060) que há determinação para destinação de armas e munições, conforme a Circular n. 144/2015.	

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado

1.8.6	Observações
a) Primeira verificação em 18-4-2016. a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 375 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 269 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que o SNBA não está sendo atualizado a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados. a.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 17-4-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ. b) Segunda verificação em 11-7-2016. b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 509 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no	



SNBA que estão com a situação “a definir”, não foi possível a extração do relatório em virtude de inconsistência do sistema na data da extração. No entanto, há 539 registros de bens cadastrado no SNBA. Dessa forma foi realizada amostragem em cinco processos, dos quais, 4 (0001493-32.2013.8.24.0060, 0001457-29.2009.8.24.0060, 0001224-90.2013.8.24.0060 e 0001200-67.2010.8.24.0060) têm seus bens cadastrados no SNBA e 1 (0001693-39.2013.8.24.0060) não tem seus bens cadastrados no SNBA.

b.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): meses faltantes maio/2016 e junho/2016.

b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 10-7-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.9.1.1	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. a.1) Dos 3 programas institucionais de acolhimento familiar cadastrados no sistema, 2 estão atualizados b) Segunda verificação em 11-7-2016. c) Os 3 programas institucionais de acolhimento familiar cadastrados no sistema estão atualizados.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 20 de julho de 2016.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

André Pacheco
Analista Jurídico - M20683